

Globalização e Sociedade da Informação

Palestra proferida por **Amaury Porto de Oliveira**, Diplomata, Embaixador do Brasil em Cingapura em 1990, especialista em assuntos energéticos e tecnológicos no contexto internacional, membro do IEA/USP.

1. Será pelo menos prematuro caracterizar a presente fase histórica como a do surgimento da Sociedade Global. Não há qualquer evidência da instalação de instâncias supranacionais, assemelháveis ao Estado Mundial postulado pelos internacionalistas. O Estado-Nação oriundo do Sistema Westphalia sofre, com efeito, ataques e limitações tanto no plano internacional quanto no plano local, mas são indiscutivelmente Estados as entidades de direito público que continuam a regular a vida internacional, mesmo quando através de organismos multilaterais.

2. Alguma base existe, no entanto, para o fortalecimento e generalização nos últimos vinte anos da idéia da globalização. Buscando caracterizar essa base, é possível associá-la a umas quantas percepções do momento histórico e do ambiente internacional intensamente repisadas pela mídia e pelos centros acadêmicos. Quatro dessas percepções merecem realce: a) o esboroamento das convicções e certezas ideológicas da época da confrontação bipolar, em consequência tanto do visível declínio da hegemonia dos EUA quanto da derrocada da União Soviética; b) o fortalecimento dos mercados financeiros mundiais e a tomada de consciência, pelo público em geral, da alucinante circulação transfronteiriça dos capitais; c) a mundialização das atividades das firmas, tanto na indústria quanto nos serviços, refletida em particular na importância adquirida pela exigência de se manter internacionalmente competitiva; d) o súbito crescimento das preocupações com a salvaguarda do meio ambiente e da sobrevivência dos cidadãos, diante da marcha da poluição nos seus vários aspectos, e fenômenos como as epidemias e a difusão das drogas.

3. Subjacente a tais percepções existe a situação bem concreta da irrupção em força da informação, na vida econômica e social dos povos. Cumpre assinalar, a esse respeito, que a informação sempre esteve lá, como aspecto essencial da matéria universal, tão inerente a ela quanto à

COMUNICAÇÕES: Palestras

energia e à massa. Os astrofísicos, os físicos das partículas elementares e os biólogos nos vêm mostrando a presença da informação nos primórdios do universo, nos interrelacionamentos das partículas ou no surgimento da matéria viva. Da vida se pode mesmo dizer que é pura informação: um sistema aberto que nega continuamente a entropia, ao reproduzir-se informatizadamente. O que houve de novo, na fase histórica que estamos atravessando, foram os passos iniciais do homem na aquisição da capacidade de manipular efetivamente a informação, colocando-a a serviço da espécie humana; e em grau menor, a democratização da informação, ou seja, ampliar o número dos humanos que vão podendo beneficiar-se da manipulação em causa. O instrumento central desse avanço no controle da informação vem sendo o microprocessador. Criado nos EUA pela companhia Intel, em 1971, o microprocessador pode ser visto como inovação-chave, cuja entrada em cena mudou, por assim dizer, o futuro. A revolução microeletrônica pôs em cheque todo o sistema técnico característico da II Revolução Industrial, abrindo campo para a elaboração de um novo paradigma sociotecnológico, destinado provavelmente a modelar o século XXI.

4. O microprocessador tem permitido que se ampliem e aperfeiçoem, de forma inimaginável há vinte anos, as possibilidades da informática e das telecomunicações, e é a conjunção desses dois setores na chamada telemática que nos faz vislumbrar a Sociedade da Informação. Aquelas quatro percepções da globalização, atrás enunciadas, repousam todas na expansão da telemática. Vale dizer, a globalização é uma das faces da Sociedade da Informação.

5. A outra face é a regionalização. A interação dialética de forças centrífugas com forças centrípetas é típica de toda a evolução da sociedade humana. Tendências expansionistas, globalizantes, atuam a cada momento histórico simultaneamente com tendências redutivas, regionalizantes. Sob o Capitalismo, isso tem-se manifestado na ação ao mesmo tempo conflitante e complementar do mercado e do Estado. O mercado é particularizante, seu reino é o da microeconomia. Ao Estado compete ocupar-se, macroeconomicamente, do bem comum. Um dos muitos paradoxos do Capitalismo é que, nele, as forças particularistas só vêm o globo como limite para suas respectivas ambições expansionistas, enquanto a ação macroeconômica do Estado procura conter a anarquia das

forças do mercado, circunscrevendo a ação delas nos limites de formações territoriais. Na abertura da Idade Moderna, enquanto navegadores ambiciosos lançavam-se ao primeiro grande surto de globalização das atividades mercantis, príncipes não menos ambiciosos procuravam estruturar o seu poder no interior de fronteiras nacionais. E quando na passagem do século XVIII para XIX instalaram-se os primeiros Estados da Idade Industrial, um dos seus primeiros cuidados foi disciplinar a ação dos comerciantes de longa distância, que haviam feito a lei nos três ou quatro séculos anteriores.

6. Neste final do século XX, o mundo atravessa outro surto de globalização, e de novo são forças microeconômicas que comandam o movimento, colocando a seu serviço os avanços tecnológicos. Fazendo analogia com os comerciantes de longa distância da época mercantilista, que se serviram dos progressos da navegação e dos armamentos para colher lucros colossais, parece válido falar, hoje, de investidores de longa distância, que se apóiam na telemática para fazer girar mundialmente o fluxo transfronteiriço dos capitais. As forças regionalizantes vêm sendo postas na defensiva mas longe estão de ter sido liquidadas. Os Estados nacionais fortes vão sabendo manter suas posições básicas, e novas combinações territoriais se fortalecem, nos vários ensaios de regionalismo. Posto o confronto na sua perspectiva histórica, é lícito antecipar, para dentro de uma ou duas décadas, a retomada do controle da situação por forças estatais, aptas a disciplinarem a anarquia mercantilista.

7. Nos duzentos anos já decorridos da Idade Industrial, destacam-se dois períodos descritos por autores como Charles Kindleberg ou Robert Gilpin como de estabilidade hegemônica. Caracteriza-os a existência de potência suficientemente forte e disposta a difundir mundo afora a sua visão da ordem econômico/política global, tomando isso atraente para outros Estados de peso internacional, graças à instalação de uma economia internacional liberal, posta sob a guarda dele hegemona. Tivemos, assim, no século XIX a Pax Britannica, e no século XX, a Pax Americana. A reconstituição dos fatos históricos nos mostrará que esses períodos de estabilidade hegemônica são precedidos e seguidos por fases de transição, extremamente caóticas, em que todos os parâmetros da ordem e da lei parecem ser postos em causa, tanto nos planos doméstico quanto no plano internacional. É do interior dessa desordem que surge o hegemona

disciplinador. Assim foi como a Inglaterra estruturou o mundo gerado pelas conturbações da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, e como os EUA estruturaram o mundo de pós-devastações do nazismo e da Segunda Guerra Mundial. São esses precedentes que me levam a postular a superveniência, não muito distante, de um novo período de estabilidade hegemônica. Minha hipótese de trabalho, ao tentar compreender essa alternância histórica de altos e baixos na marcha da Sociedade Industrial, é a chamada teoria dos ciclos longos, também dita das ondas longas.

8. Em suma, a globalização não é um ponto de chegada, uma arrumação superior de forças a que só nos resta ajustarmo-nos. Como tudo no universo, a globalização é um processo: tem origens e terá um fim. Na corrente fase histórica, a globalização é, antes de mais nada, uma estratégia de expansão dos negócios, a que recorrem firmas cheias de dinamismo, estimuladas por: a) sua insatisfação com as oportunidades limitadas que o mercado doméstico esteja oferecendo para o aproveitamento ótimo dos recursos de conhecimento e capacidade gerencial que ela, firma, acumulou; b) a tomada de consciência das oportunidades de negócios no exterior, trazidas pelas inovações tecnológicas da telemática e conseqüente redução nos preços dos transportes e das comunicações. A globalização não teria ocorrido sem a drástica redução desses custos, no período 1950-1980, mas tampouco seria ela factível sem a intervenção de empreendedores ambiciosos, aptos a tirarem vantagem das modificações no contexto internacional e no estado geral da tecnologia. Também do ponto de vista do crescimento da firma, a globalização não é uma etapa organicamente necessária. O impulso internacionalizador parece estar sobretudo ligado ao acúmulo de capacitação tecnológica por parte de firmas dinâmicas, para quem globalizar-se torna-se atraente inclusive como maneira de resguardar seu controle de proprietária sobre inovações desenvolvidas no interior da firma.

9. A parte mais visível do que se chama hoje a globalização são manifestações da internacionalização agressiva das firmas mais dinâmicas. Assim: globalização financeira - a utilização dos recursos da telemática para a transmissão instantânea e relativamente barata, aos quatro cantos do mundo, de informações e capitais; globalização da demanda - o suprimento rápido, por cima de fronteiras nacionais, de informações, pro-

duto e serviços, incentivando a homogeneização das necessidades e gostos de consumidores nos países mais diversos; globalização da concorrência - as pressões de vários tipos para que as firmas racionalizem suas operações em nível mundial, como única forma de se manterem competitivas, inclusive recorrendo às alianças entre firmas, às redes de cooperação, etc. É perfeitamente lícito questionar que valor tem essa globalização, na qual o ser humano é reduzido à situação de consumidor, do ponto de vista do progresso da sociedade e do relacionamento do homem com a natureza.

10. Desse outro ponto de vista, a primeira constatação é que a globalização das firmas não ajuda, em si mesma, na solução daqueles problemas já assinalados, que afetam a salvaguarda do meio ambiente e a sobrevivência dos cidadãos. Antes se pode dizer que a busca dos lucros, mola principal da globalização, agrava tais problemas. Tem-se aí uma vasta área, de importância fundamental, em que não haverá soluções efetivas sem a ação reguladora dos Estados, nos seus âmbitos domésticos e em iniciativas multilaterais. Um fato novo a esse respeito é o fortalecimento das organizações não governamentais (ONGs), das melhores das quais se pode dizer que expressam o lado positivo, humanístico, de transformação tecnológica.

11. Resumindo: não há qualquer fatalismo no tocante à globalização; a História não acabou nem se desfez o Estado, enquanto instância de ordenamento e regulação da vida econômica e social. Para o Brasil, o problema continua a ser o mesmo que se colocou para nós quando nos tornamos independentes, e que nossas elites infelizmente não souberam resolver até hoje: olhar de frente o nosso profundo atraso e tomar com determinação a decisão de superá-lo.